

Falsos contratos chegaram ao DO por correio eletrônico

Fraude no Programa de Informatização da Imprensa Nacional torna autoridades do Governo ainda mais cautelosas

Os falsos contratos da Sudam publicados ontem no Diário Oficial foram enviados à Imprensa Nacional por correio eletrônico como parte do Programa de Informatização do Diário Oficial. Funcionários de instituições federais em todo País estão sendo selecionados e treinados para serem responsáveis pelo envio de atos administrativos para publicação. Os atos são enviados para Secretaria de Administração do Ministério do Orçamento e Gestão, onde é feito o registro, e seguem diretamente para publicação. Segundo fontes do Governo, a avaliação dos atos é feita depois da publicação.

No caso da sede da Sudam, em

Belém, o treinamento da funcionária que foi afastada (o Governo não divulgou o nome enquanto não encerram as investigações) foi feito recentemente. Ela recebeu uma senha, por meio da qual está habilitada a transmitir as decisões do órgão. No Palácio do Planalto há resistência da assessoria da Presidência de aderir ao sistema de correio eletrônico para envio de atos assinados pelo presidente Fernando Henrique ao Diário Oficial. O argumento é de que não há total segurança (o caso de ontem só reforçou o ponto de vista), além do risco de pane ou de algum especialista entrar no sistema indevidamente. "Já estávamos cautelosos, agora um pouco mais", admitiu um assessor do Palácio do Planalto.

A preocupação, ontem, por lá, era assegurar que atos dessa natureza são enviados diretamente para publicação no Diário Oficial sem passar pelo Gabinete Civil da Presidência da República e que o ministro Clóvis Carvalho não está em Brasília (participa de seminário em Lisboa). O objetivo do Programa de Informatização da Imprensa Nacio-

nal é reduzir custos (até agora os atos dos órgãos federais são enviados a Brasília pelo Correio) com papel, tinta e pessoal, além de permitir a publicação imediata. Hoje a Imprensa Nacional consome sete toneladas de papel por dia. A intenção do Governo com o programa é reduzir as despesas em pelo menos um terço.

A Imprensa Nacional se eximiu de qualquer culpa pela publicação dos contratos. O diretor Antônio Eustáquio Correia da Costa explicou, por meio de sua assessoria, que o material de todos os órgãos do Governo chega por meio eletrônico, via rede Serpro. Não cabe à Imprensa Nacional checar se um decreto, um edital ou contrato é verdadeiro ou não. Este controle é feito pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare).

Para dar maior segurança ao processo, as mensagens chegam criptografadas (em código) ao Mare, que as abre e manda para a Imprensa Nacional. Tudo com senha, do operador que remete e do que recebe na Imprensa Nacional. Não se questiona, na Imprensa

Nacional, nem absurdos como o pagamento de R\$ 800 mil para um show de Elba Ramalho, que cobra em média R\$ 35 mil, ou a contratação do Rei Pelé para dar uma palestra sobre futebol no mundo, como foi publicado.

Outro detalhe: todas as compras envolvendo o Governo federal têm de ser aprovadas pelo Ministério da Administração. Os dois contratos anunciados pelo Diário Oficial, de Elba Ramalho e Pelé, foram publicados com a chancela do Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras (SIDECE), ligado ao Mare.

O Diário Oficial de ontem circulou com 54 mil exemplares e volume normal de atos oficiais. A publicação pesava pouco mais de dois quilos. Mas nem mesmo nas edições em que bateu recordes de peso conseguiu tanta notoriedade. É um dos últimos paquidermes da República a entrar no fantástico mundo da eletrônica. Fantástico e extremamente perigoso, como se viu.